

■ POLÍTICA

Senado Federal

Em sua defesa, Jader ataca empresários de SP

No PMDB, debate sobre afastamento do senador da presidência do partido ganha espaço, enquanto o Planalto trabalha para evitar a CPI

Anamaria Rossi, Francisco Câmpora
e João Domingos
de Brasília

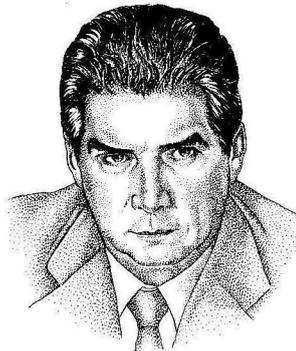
A crise que se abate sobre o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), suspeito de envolvimento no escândalo do desvio de verbas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), pode acabar por afastá-lo da presidência do partido antes de setembro, data prevista para a eleição do novo presidente. Ainda esta semana a Executiva do PMDB se reunirá para discutir os reflexos das últimas denúncias contra o senador e sua permanência ou substituição no comando da sigla.

Os partidos de oposição se reúnem hoje para discutir estratégias que levem o Conselho de Ética a investigar o suposto envolvimento de Jader no escândalo da Sudam e determinar punições para o senador, caso seja comprovada sua participação no esquema.

Jader se viu obrigado a romper meses de silêncio e subir à tribuna do Senado para se defender das crescentes denúncias contra ele. O senador foi levado a discursar por uma reportagem da revista Veja, que revelou, na última edição, uma sociedade entre ele e o empresário José Osmar Borges, apontado como um dos maiores fraudadores da Sudam, na compra de uma fazenda no Pará, em 1996.

Jader falou por mais de uma hora, num misto de indignação e ironia. Não negou a sociedade com José Osmar. Sua estratégia consistiu em tentar comprovar a licitude da operação, segundo ele, registrada na Junta Comercial do Pará e declarada à Receita Federal. O senador argumentou também que, na época da compra da fazenda, não pairava sobre o empresário qualquer denúncia de irregularidade. "Cometi o crime de não ser vidente", disse.

Mas o principal instrumento de defesa de Jader foi o ataque. O senador fez menção a um suposto esquema — segundo ele, de farto conhecimento no mercado — pelo qual empresários paulistas seriam os principais beneficiários das fraudes na Sudam. "Um empresário da Amazônia ou do Nordeste, quando quer fazer um empreendimento em seu estado com incentivos fiscais da Sudam ou da Sudene, é orientado a procurar investidores em São Paulo, que é onde está o a maior parte do PIB nacional. Chegando lá, é encaminhado a escritórios de corretagem, que cobram 40% do valor do projeto para agilizar a liberação de verbas", disse.



Jader Barbalho

"A partir daí, a contabilidade de um projeto não pode nunca fechar", comentou o senador, acrescentando que o "ágio" de 40% é pago por meio de superfaturamento e notas fiscais falsas.

O presidente do Senado pediu investigações sobre esse esquema também no BNDES, no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil, na Eletrobrás e nos fundos de pensão. "A doutora Anadyr de Mendonça (Corregedora-Geral da União), o doutor Gilmar Mendes (Advogado-Geral da União) e o doutor Geraldo Brindeiro (Procurador-Geral da República) não terão dificuldades para investigar isso", afirmou. "Vão descobrir que a corrupção talvez não esteja na Avenida Almirante Barroso, em Belém, mas na Avenida Paulista, em São Paulo."

Embora tenha, aparentemente, acalmado os ânimos dos senadores, o discurso não encerra uma das discussões que cresce na mesma medida da crise entre seus colegas de partido: o afastamento do senador paraense da presidência da sigla. Defendida pelo vice-presidente do PMDB, senador

Maguito Vilela (GO), a substituição imediata de Jader é assunto velado entre os demais peemedebistas.

Jader nega qualquer intenção de deixar o comando da legenda neste momento. "Só posso fazer isso a pedido de meus colegas de partido. Eu mesmo levantei a questão do afastamento", disse. Mas já se sabe que há vozes dispostas a defender a substituição imediata do presidente.

O constrangimento da base governista diante das denúncias contra Jader é nítido. O líder do governo na Câmara, Arthur Virgílio (PSDB-AM), res-

pondeu evasivamente às perguntas sobre a posição do governo diante das acusações. "Quem tem que responder isso é o governo, não eu."

Virgílio passou a tarde de ontem insistindo na tese de que o governo não tem responsabilidade pela corrupção na Sudam. E que não é necessária a instalação de uma CPI. Para ele, o governo Fernando Henrique é o único que teve a coragem de "tocar nas feridas" da Sudam.

O deputado afirmou que o episódio reforça a posição do presidente, que pretende extinguir a Sudam e a Sude-

ne. A estratégia do governo e do PMDB é acompanhar os desdobramentos políticos do episódio. Se as investigações e a repercussão do caso esfriarem, poucos vão querer brigar com o presidente do Senado. Mas se as acusações forem comprovadas, ninguém pretende afundar junto com Jader, principalmente num ano pré-eleitoral, avaliam alguns peemedebistas.

No Planalto, a orientação é manter a crise nos limites do Congresso e trabalhar duro para evitar a CPI. Por intermédio do porta-voz Georges Lama-zière, o presidente Fernando Henrique

afirmou, logo depois do discurso de Jader, que as investigações feitas na Sudam podem se estender à Eletrobrás e ao BNDES, conforme sugerido pelo senador. A Eletrobrás foi citada por sua ligação com o senador Antonio Carlos Magalhães; o BNDES, com o PSDB e, principalmente, com o governador Tasso Jereissati, do Ceará.

Lamazière disse que o governo destampou o caldeirão da Sudam, cujos ingredientes não foi ele (governo) que pôs lá. Segundo o porta-voz, o FHC reiterou que não há razão para a CPI que as oposições insistem em fazer.